



SIMULADO FINAL

TCE SC

DIREITO - PÓS-EDITAL

Simulado Especial

Simulado Final TCE SC – Direito - Pós-Edital

Nome:

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TCE SC;
- 2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE/CEBRASPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TCE-SC-Direito-26-02-22>

01 - <input type="radio"/> E	21 - <input type="radio"/> E	41 - <input type="radio"/> E	61 - <input type="radio"/> E	81 - <input type="radio"/> E
02 - <input type="radio"/> E	22 - <input type="radio"/> E	42 - <input type="radio"/> E	62 - <input type="radio"/> E	82 - <input type="radio"/> E
03 - <input type="radio"/> E	23 - <input type="radio"/> E	43 - <input type="radio"/> E	63 - <input type="radio"/> E	83 - <input type="radio"/> E
04 - <input type="radio"/> E	24 - <input type="radio"/> E	44 - <input type="radio"/> E	64 - <input type="radio"/> E	84 - <input type="radio"/> E
05 - <input type="radio"/> E	25 - <input type="radio"/> E	45 - <input type="radio"/> E	65 - <input type="radio"/> E	85 - <input type="radio"/> E
06 - <input type="radio"/> E	26 - <input type="radio"/> E	46 - <input type="radio"/> E	66 - <input type="radio"/> E	86 - <input type="radio"/> E
07 - <input type="radio"/> E	27 - <input type="radio"/> E	47 - <input type="radio"/> E	67 - <input type="radio"/> E	87 - <input type="radio"/> E
08 - <input type="radio"/> E	28 - <input type="radio"/> E	48 - <input type="radio"/> E	68 - <input type="radio"/> E	88 - <input type="radio"/> E
09 - <input type="radio"/> E	29 - <input type="radio"/> E	49 - <input type="radio"/> E	69 - <input type="radio"/> E	89 - <input type="radio"/> E
10 - <input type="radio"/> E	30 - <input type="radio"/> E	50 - <input type="radio"/> E	70 - <input type="radio"/> E	90 - <input type="radio"/> E
11 - <input type="radio"/> E	31 - <input type="radio"/> E	51 - <input type="radio"/> E	71 - <input type="radio"/> E	91 - <input type="radio"/> E
12 - <input type="radio"/> E	32 - <input type="radio"/> E	52 - <input type="radio"/> E	72 - <input type="radio"/> E	92 - <input type="radio"/> E
13 - <input type="radio"/> E	33 - <input type="radio"/> E	53 - <input type="radio"/> E	73 - <input type="radio"/> E	93 - <input type="radio"/> E
14 - <input type="radio"/> E	34 - <input type="radio"/> E	54 - <input type="radio"/> E	74 - <input type="radio"/> E	94 - <input type="radio"/> E
15 - <input type="radio"/> E	35 - <input type="radio"/> E	55 - <input type="radio"/> E	75 - <input type="radio"/> E	95 - <input type="radio"/> E
16 - <input type="radio"/> E	36 - <input type="radio"/> E	56 - <input type="radio"/> E	76 - <input type="radio"/> E	96 - <input type="radio"/> E
17 - <input type="radio"/> E	37 - <input type="radio"/> E	57 - <input type="radio"/> E	77 - <input type="radio"/> E	97 - <input type="radio"/> E
18 - <input type="radio"/> E	38 - <input type="radio"/> E	58 - <input type="radio"/> E	78 - <input type="radio"/> E	98 - <input type="radio"/> E
19 - <input type="radio"/> E	39 - <input type="radio"/> E	59 - <input type="radio"/> E	79 - <input type="radio"/> E	99 - <input type="radio"/> E
20 - <input type="radio"/> E	40 - <input type="radio"/> E	60 - <input type="radio"/> E	80 - <input type="radio"/> E	100 - <input type="radio"/> E

PORTUGUÊS

Adriana Figueiredo e Patrícia Manzato

O consumidor além do valor de uso, de forma inconsciente, também consome o valor de imagem. A mídia ao alçar um indivíduo ao status de ídolo, no fundo está criando o valor de imagem. O marketing faz a incorporação (transmissão) desse valor à imagem do produto.

No Brasil mais recente, podemos citar um exemplo. A Copa Mundial de Futebol de 2014 apresentava-se como fonte inesgotável (matéria bruta) de valor de imagem. Mas o desastre com a Alemanha depreciou tal fonte. A mídia foi buscar suas fontes em outro lugar: no surf, onde o Brasil havia consagrado campeão mundial. Hoje, muitos comerciais recorrem ao mais novo campeão brasileiro “das águas”.

Mas ainda reside um silêncio, um vazio ante o processo de identificação na sociedade de consumo. Nesse entender, Paul Ricoeur em o “Percurso do reconhecimento” pode nos auxiliar. Ricoeur não tem como objetivo a teorização dessa forma de identificação (de consumidor), mas suas reflexões nos propiciam um amplo aprofundamento do tema.

Quando Bauman afirma que o indivíduo, na caracterização de consumidor, é um sujeito “mimado”, temos neste termo um bom início de pensamento. O marketing realiza uma forma de nomeação. Observa-se a análise de Ricoeur ante a nomeação no projeto parental (a família): desde criança somos nomeados pelo projeto parental. Como afirma Ricoeur, o “projeto parental do qual provim (...) transformou a estética do quadro genealógico em uma dinâmica instituidora que se inscreve na palavra ‘transmissão’” (RICOEUR, 2006, p. 207). Ao utilizarmos essa lógica para a sociedade de consumo, temos o seguinte resultado: pode-se afirmar que é um fato social e histórico que na era moderna forma uma esfera pública burguesa (Cf. HABERMAS, 1984).

Tal argumentação de Habermas nos leva a pensar que os meios de comunicação de massa apresentam a abertura para uma nova riqueza de informação. Mesmo assim, Thompson assente que hoje

“a ideia original da esfera pública não pode ser, simplesmente, reativada em bases novas”. Mais do que a ingerência das relações mercadológicas na esfera pública, efetivou-se a formação da sociedade de consumo. A ausência de limites fixos entre a esfera privada e o espaço público prova a ingerência da sociedade de consumo na lógica social da primeira.

Dagmar Manieri. *O indivíduo na condição pós-moderna: a perspectiva crítica de Zygmunt Bauman* (Disponível em <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bauman/article/view/6087>>)

No que concerne aos sentidos e às construções linguísticas do texto precedente, julgue os itens a seguir:

01. Infere-se do texto que o pensamento de Bauman sobre o “consumidor” converge para o entendimento de Ricoeur.
02. O terceiro período do primeiro parágrafo apresenta um argumento a favor da afirmação de que o consumidor consome tanto valor de uso quanto de imagem.
03. Seriam mantidos os sentidos e a correção do texto, caso o último período do terceiro parágrafo fosse assim reescrito: Mesmo que Ricoeur não tenha o objetivo de teorizar essa forma de identificação (de consumidor), suas reflexões fornecem amplo aprofundamento sobre o tema.
04. A preposição “ante” em “Observa-se a análise de Ricoeur ante a nomeação no projeto parental...” (4º parágrafo) expressa uma ideia de conformidade.

05. A substituição do ponto por dois pontos logo após “podemos citar um exemplo.” (2º parágrafo) manteria a correção gramatical.

06. A oração “que na era moderna forma uma esfera pública burguesa” (4º parágrafo) exerce função de predicativo do sujeito de “um fato social e histórico”.

07. A identificação da lógica mercadológica na sociedade moderna constitui a ideia central do texto, que é predominantemente argumentativo.

08. No segundo parágrafo, o pronome relativo “onde”, em “onde o Brasil havia consagrado campeão mundial”, retoma o termo “surf” e poderia ser corretamente substituído por “no qual”.

09. A utilização da primeira pessoa do plural ao longo do texto denota uma maior proximidade do autor com o leitor.

10. Seriam mantidos os sentidos e a correção do texto, caso os dois últimos períodos do primeiro parágrafo fossem assim reescritos: No fundo, a mídia, ao elevar alguém ao status de ídolo, cria o valor de imagem, o qual é incorporado à imagem do produto (transmissão) pelo marketing.

11. A Análise de Contas Contábeis é técnica ou procedimento de obtenção de evidência de auditoria que consiste no cotejo de informações, dados ou registros obtidos em diferentes fontes, que devam guardar correspondência entre si.

Com base nos conceitos de auditoria de conformidade, operacional e financeira, previstos nas ISSAIs, julgue os itens a seguir:

12. O principal objetivo da auditoria de regularidade é promover, construtivamente, a governança econômica, efetiva e eficaz. Ela também contribui para a accountability e transparência.

Julgue os itens a seguir a respeito das Evidências e das Caracterizações de achados de auditoria.

13. A evidência de auditoria decorre da comparação da situação encontrada com o critério e deve ser devidamente comprovado por achados.

14. Impropriedades são falhas de natureza formal de que não resulte dano ao erário.

Julgue os itens subsequentes:

15. Durante a execução dos trabalhos de auditoria, a equipe encarregada deve aplicar os procedimentos previstos na matriz de planejamento em busca de achados.

16. Acompanhamento é o instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para acompanhar e verificar o cumprimento de suas deliberações e os resultados delas advindos.

Em relação à Governança e à Compliance no Setor Público e , julgue os itens a seguir:

AUDITORIA GOVERNAMENTAL, COMPLIANCE, GESTÃO DE RISCO E GOVERNANÇA

Guilherme Sant'Anna

Acerca das técnicas e procedimentos de auditoria, julgue os itens a seguir:

17. As instâncias externas de governança são responsáveis pela avaliação, auditoria e monitoramento independente e, nos casos em que disfunções são identificadas, pela comunicação dos fatos às instâncias superiores de governança.

18. Políticas de Compliance no âmbito da Administração Pública visam prevenir e combater práticas ilícitas perpetradas contra a administração pública, fomentando a emergência de um ambiente em que a reputação de uma organização tenha valor econômico e no qual propina, suborno e congêneres constituam infrações previstas em lei, sujeitas à punição.

CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Herbert Almeida

Julgue os itens subsequentes sobre o controle externo da administração pública, considerando os entendimentos do STF sobre a matéria.

19. As decisões do TCE-SC sobre a constitucionalidade de leis e atos normativos do poder público possuem eficácia vinculante e *erga omnes*, no âmbito de toda a administração pública estadual ou no âmbito no município ao qual se referem, por se tratar de processo de natureza objetiva.

20. O TCE-SC somente terá competência para quebrar o sigilo bancário quando se tratar de instituições financeiras públicas, em relação aos financiamentos concedidos com recursos públicos.

21. Os tribunais de contas têm o prazo de cinco anos, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas, para julgar a

legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão, mas nesse tipo de processo não haverá concessão de contraditório e ampla defesa.

22. A apreciação das contas de prefeitos, tanto as de governo quanto as de gestão, será exercida pelas Câmaras Municipais, com o auxílio dos Tribunais de Contas competentes, cujo parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos vereadores.

23. O município prejudicado é o legitimado para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal.

Julgue os itens a seguir acerca da Lei Orgânica do TCE-SC.

24. O termo de ajustamento de gestão poderá ser adotado quando esteja previamente configurado desfalque, desvio de dinheiro, bens e valores públicos, hipótese em que a aplicação penalidades ou sanções, relativas às irregularidades abrangidas pelo termo, ficará suspensa, conforme os prazos e condições nele previstos.

25. A título de racionalização administrativa e economia processual, e com o objetivo de evitar que o custo da cobrança seja superior ao valor do resarcimento, o Tribunal, em decisão terminativa, poderá determinar o arquivamento do processo, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor, para lhe ser dada quitação.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

Doquinha, importante empresário do setor hoteleiro, após estudo realizado por sua companhia Siete, decidiu construir um hotel no Município de Fabianolândia, no qual possuía grande movimentação de pessoas por ser destino de muitos turistas. A empresa, então, solicitou licença no setor municipal responsável, com a apresentação do respectivo projeto arquitetônico, levando algum tempo para que o pedido fosse apreciado. Indignado com o atraso em obter a licença, Doquinha ordena que se inicie a construção. Com o prédio já construído e, oportunamente, com os serviços hoteleiros iniciados, a licença para construção é negada. Diante desse cenário, Coxinha, agente de fiscalização do Município de Fabianolândia, vai até o local para tentar constranger Doquinha a lhe efetuar um pagamento de R\$ 50.000,00, com a promessa de evitar que o prédio fosse demolido. Temendo que seus investimentos fossem em vão, Doquinha realiza o pagamento. Diante dessa irregularidade, tempestivamente, a Procuradoria da Prefeitura do Município ingressou com uma ação judicial no juízo competente, requerendo a demolição da construção irregular.

Com base na situação narrada, julgue os itens 26, 27 e 28.

26. Coxinha praticou ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, para o qual uma das sanções será de suspensão dos direitos políticos até catorze anos.

27. Caso a empresa Siete alegue nos autos do processo que a demolição deveria ocorrer sem o ajuizamento de ação judicial, a autoridade judiciária deverá acatar o pedido, pois, em razão do atributo da autoexecutoriedade, a Administração Pública não pode sobrestrarregar o

Poder Judiciário com pedidos que dependem apenas da sua própria execução.

28. À luz da Lei 6.745/85, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos de SC, a pena a ser aplicada a Coxinha será a de demissão, sem prejuízo da ação penal cabível.

A respeito da Organização da Administração Pública, julgue o item a seguir.

29. O termo de colaboração é o instituto adequado para qualificar uma pessoa jurídica de direito privado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

Sobre o direito de reunião, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, analise o item abaixo.

30. O exercício do direito de reunião não está condicionado a qualquer autorização do Poder Público e não depende de prévio aviso à autoridade competente, desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, obedecidas as exigências constitucionais.

Acerca da extradição, conforme disposto na Constituição Federal, julgue os próximos itens.

31. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os pedidos de extradição formulados por Estados estrangeiros.

32. A Constituição Federal não admite a extradição de brasileiros.

Acerca das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, analise o próximo item.

33. As comissões parlamentares de inquérito (CPI), em âmbito municipal, não possuem poderes próprios para quebrar diretamente o sigilo bancário de seus investigados.

DIREITO FINANCEIRO E NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Vinicius Nascimento

34. No Brasil, o princípio do equilíbrio orçamentário deve ser respeitado em dois aspectos: formal e material. A inobservância desses aspectos pode gerar responsabilidade do gestor, inclusive crime de responsabilidade.

35. Caso ocorra a cessão de crédito de precatório preferencial de natureza alimentícia para outra pessoa, o precatório perderá sua natureza alimentar em decorrência da natureza subjetiva do credor.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Fabiano Pereira

À luz da Lei 12.846/2013, julgue o item a seguir.

36. Prescrevem em 3 (três) anos as infrações previstas nessa lei, contados da data da ciência da infração ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

À luz da Resolução nº TC-0087/2013 (Código de Ética dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina), julgue o item a seguir.

37. É dever fundamental do servidor comunicar, imediatamente, a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis.

CONHECIMENTOS SOBRE SANTA CATARINA

Sérgio Henrique

38. Ainda que represente pouco mais de 1% do território brasileiro, Santa Catarina apresenta uma geografia rica e diversificada. Seu relevo, clima, vegetação e hidrografia tornam o Estado singular. Possui posição estratégica para a navegação e com litoral rico em recursos e com importantes portos.

39. Santa Catarina apresentou um resultado positivo em seu desempenho econômico em 2021 nos três setores da economia, em todos cresceu mais que a média nacional, e a indústria cresceu mais de 4% em relação ao patamar anterior à pandemia em janeiro de 2020.

40. Somos estimados 7,338 milhões de habitantes que estão dispersos em uma área de 95,7 mil km². Nossa força de trabalho, no terceiro trimestre de 2021, está estimada em 3,924 milhões de pessoas sendo que 94,7% delas estavam ocupadas. Os três municípios com maiores PIBs São Joinville, Itajaí e Florianópolis, também os municípios com a maior renda per capita.

DIREITO CIVIL

Géssica Ehle

- 41.** Em 15 de maio de 2018, João sofreu acidente de trânsito que o deixou impossibilitado de exprimir sua vontade.

Em tendo recuperado a consciência em 20 de maio de 2021, é correto afirmar que João poderia ajuizar ação judicial no intento de buscar a responsabilização civil do causador de seu acidente.

- 42.** De acordo com os direitos da personalidade, julgue o item seguinte.

Matheus, artista de rua na cidade de São Paulo, sem ter manifestado seu consentimento, vê seu nome ser citado em propaganda comercial de uma importante marca de tintas, situação que não lhe gerará direito à indenização, pois a campanha não o expôs à situação vexatória, mas enalteceu seu trabalho.

- 43.** Acerca Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), julgue o item seguinte:

Sem prever prazo específico para entrada em vigor, em 15 de janeiro de 2021, restou publicada a Lei nº x.xxx, tendo sofrido correções em 16 de fevereiro de 2021.

Acerca das correções ao texto da referida norma, podem ser consideradas lei nova.

- 44.** Acerca do tratamento conferido pelo Código Civil às pessoas jurídicas, julgue o item a seguir.

Determinada pessoa jurídica busca desenvolver seu bojo de negócios de modo a ter de expandir a finalidade econômica para a qual originalmente

compunha-se, fato que não constitui desvio de finalidade.

- 45.** Sobre as pessoas naturais e jurídicas e os direitos da personalidade, julgue o item abaixo.

Por serem atributos exclusivos das pessoas naturais, os direitos da personalidade não se aplicam às pessoas jurídicas.

- 46.** Maria e Ana demonstraram celebrar negócio jurídico distinto daquele que na verdade restou firmado entre ambas, para conferir aparência de veracidade, registraram em cartório tal instrumento.

Diante da narrativa acima, o negócio jurídico celebrado entre Maria e Ana poderá ser confirmado a qualquer tempo.

- 47.** José da Silva, morador da cidade de Restinga Séca/RS, resolve empreender e passa a adotar o pseudônimo “Zé do Caixão” para o fornecimento de serviços funerários.

O pseudônimo utilizado por José receberá, do ponto de vista dos direitos da personalidade, a mesma proteção conferida ao seu nome.

- 48.** Acerca dos bens públicos, julgue o item a seguir.

Os bens de uso comum do povo e de uso especial não têm inalienabilidade absoluta.

- 49.** A respeito de bens no Código Civil, julgue o item subsequente.

As pertenças se destinam de modo duradouro ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro bem, não constituem partes integrantes e seguem a regra da gravitação jurídica.

50. Conforme as disposições legais sobre vigência e aplicação das leis, prescrição, pessoas naturais e jurídicas, julgue o item a seguir.

Hipoteticamente, Mariana era passageira em um navio que naufragou em ilhas caribenhas em 20 de maio de 2020, esgotadas as buscas e averiguações, a morte de Mariana poderá ser decretada após 2 (dois) anos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

51. Sobre o tema dos meios alternativos de solução de conflitos, podemos afirmar que o conciliador é terceiro que pode auxiliar em litígios preferencialmente quando não houver vínculo anterior entre as partes, enquanto o mediador deve atuar preferencialmente quando existir um vínculo prévio entre as partes.

52. Situação hipotética: João é réu de uma ação de cobrança proposta por uma empresa. Após ter apresentado sua contestação, João descobriu que estava com câncer e deveria se submeter a tratamento imediatamente. Assertiva: como João está com uma doença grave, o processo deve ser suspenso até o seu pleno restabelecimento.

Considere a seguinte situação hipotética para a resolução das questões 53 a 55.

Caio Mário, que era prefeito de Joinville/SC, foi condenado pelo TCE SC a pagar multa em razão de danos provocados ao erário municipal durante a sua administração.

53. A legitimidade ativa para a cobrança da multa é do Estado de Santa Catarina.

54. O Ministério Pùblico do Estado de Santa Catarina deverá atuar como fiscal da ordem jurídica na ação de cobrança da multa, considerando-se que a Fazenda Pùblica participa do processo.

55. Caso Caio Mário proponha uma ação de anulação do acórdão por meio do qual fixada a multa, o Tribunal de Contas, representado pelo respectivo Ministério Pùblico de Contas, será o legitimado passivo.

56. A decisão que defere tutela provisória de urgência pode ser proferida contra parte que ainda não tenha sido ouvida no processo.

57. O direito à rescisão de uma decisão judicial prescreve no prazo de dois anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.

58. No procedimento de produção antecipada de prova, o juiz não deve se pronunciar sobre a ocorrência ou a inocorrência do fato ou sobre as respectivas consequências jurídicas.

59. Situação hipotética: está em curso uma ação judicial cujos réus são Davi e Alexandre. Alexandre apresentou contestação tempestivamente, no entanto, Davi permaneceu inerte. Assertiva: Davi, apesar de revel, não será atingido pelos efeitos da revelia.

60. Após a apresentação de contrarrazões pelo apelado, o seu consentimento será necessário para que o apelante desista do recurso.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

61. A respeito dos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue o item a seguir:

Os impostos somente podem ser cobrados mediante atividade plenamente vinculada, apesar de, em regra, ser vedada a destinação do produto de sua arrecadação a finalidade específica.

62. A respeito dos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue o item a seguir:

Compete à União instituir nos Territórios Federais os impostos atribuídos aos Estados, e se eles não forem divididos em Municípios, também competirá à União a instituição dos impostos municipais.

63. A respeito das Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar, conforme entendimento dos Tribunais Superiores, julgue o item a seguir:

A redução de benefício fiscal é considerada como aumento indireto de tributo, se submetendo, desta forma, ao princípio da anterioridade anual e nonagesimal.

64. A respeito das Limitações ao Poder de Tributar, julgue o item a seguir:

A imunidade tributária corresponde a uma hipótese de incompetência tributária.

65. A respeito da Competência para legislar sobre Direito Tributário, julgue o item a seguir:

Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exerçerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

66. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, a respeito de Legislação Tributária, julgue o item a seguir:

A lei será aplicada a ato ou fato pretérito, quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo, ainda que em relação a atos ou fatos definitivamente julgados.

67. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, a respeito do Crédito Tributário, julgue o item a seguir:

Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.

68. A respeito da Legislação Tributária, julgue o item a seguir:

Vacatio legis é o período em que a norma jurídica não tem eficácia, embora esteja vigente.

69. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, a respeito da Extinção do Crédito Tributário, julgue o item a seguir:

Prescreve em cinco anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

70. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, a respeito das Garantias e Privilégios do Crédito Tributário, julgue o item a seguir:

Em caso de falência, pagos os créditos trabalhistas, há preferência do crédito tributário sobre os créditos extraconcursais e os créditos com garantia real, até o valor do bem gravado.

DIREITO PENAL

Renan Araújo

Texto-base para os itens 71 a 76:

Adenor, 63 anos de idade, funcionário público do TCE-SC, ocupante de função de direção, decidiu subtrair alguns bens pertencentes ao órgão público. Para tanto, ingressou no prédio às 22h de uma quinta-feira, alegando ter esquecido sua carteira no gabinete. Os vigilantes nada desconfiaram, eis que Adenor trabalhava no local há 20 anos, sendo um funcionário conhecido. Lá chegando, Adenor se dirigiu à sala de um dos auditores, subtraindo diversos bens públicos, dentre eles um *laptop*. A conduta de Adenor foi facilitada pelo fato de a sala estar aberta, já que Mauro, assessor do Auditor e responsável pela sala, se esquecera de trancar a porta ao ir embora.

Atento ao caso narrado, julgue os itens seguintes:

71. Assertiva: nesse caso, Adenor praticou o crime de peculato-furto, que tem a mesma pena prevista para os crimes de peculato-apropriação e peculato-desvio.

72. Assertiva: se Adenor reparar integralmente o dano, por ato voluntário, antes do recebimento da denúncia, sua pena será reduzida de um a dois terços, por força do arrependimento eficaz.

73. Assertiva: Mauro, responsável pela sala, deverá responder pelo crime de peculato-culposo, eis que concorreu culposamente para o crime alheio.

74. Assertiva: A reparação do dano por Mauro gerará a extinção da punibilidade em relação ao crime a ele imputado, desde que se dê até o recebimento da denúncia.

75. Assertiva: A pena imposta a Adenor será aumentada da terça parte por ser ele ocupante de função de direção na administração direta.

76. Assertiva: o fato de Adenor ser maior de 60 anos na data do fato não terá qualquer influência sobre o prazo de prescrição relativo ao crime por ele praticado.

77. No que tange à lei penal no tempo, julgue o item a seguir:

A autorrevogação natural de uma lei temporária não impede a punição daquele que praticou a conduta criminosa durante a vigência da referida lei, eis que dotada de ultra-atividade.

78. No que tange ao crime doloso e ao crime culposo, julgue o item a seguir:

Há dolo eventual quando o agente, prevendo determinado resultado como consequência necessária de sua conduta, prossegue, aceitando tal resultado como efeito colateral necessário.

79. No que tange ao crime doloso e ao crime culposo, julgue o item a seguir:

Situação hipotética: determinado funcionário público lotado no TCE-SC, desejando chegar mais rapidamente ao trabalho, para não se atrasar, empregou velocidade excessiva em seu veículo, acreditando que poderia evitar qualquer acidente, já que possuía muita habilidade na direção de veículos automotores. Todavia, ao fazer uma curva, acabou perdendo a direção e atingiu um pedestre, tendo a referida vítima sofrido lesão corporal gravíssima.

Assertiva: nesse caso, o agente deverá responder por crime doloso, por dolo eventual.

80. Sobre a aplicação da lei penal no espaço, julgue o item seguinte:

Os crimes contra o patrimônio de estado da federação, quando praticados no estrangeiro, ficam sujeitos à lei penal brasileira, ainda que o agente tenha sido absolvido ou condenado no estrangeiro, pelo princípio da representação.

81. Sobre a teoria do delito, julgue o item a seguir:

A prática de determinada conduta sob coação moral irresistível configura causa de exclusão do fato típico, ante a ausência de conduta penalmente relevante, dada a involuntariedade da ação corporal, conforme o conceito finalístico de ação, desenvolvido por Hans Welzel.

82. Sobre a lei penal no tempo, julgue o item a seguir:

Sobrevindo nova lei penal benéfica, esta será aplicada aos fatos anteriores, ainda que já tenha havido o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, cabendo ao Juízo da execução penal, nesse caso, a aplicação da nova lei benéfica, conforme entendimento sumulado do STF.

83. Sobre os crimes contra a administração pública, julgue o item a seguir:

A consumação do crime de facilitação de contrabando ou descaminho depende da efetiva consumação do crime de descaminho ou contrabando que se pretendia facilitar.

84. Sobre os crimes contra a fé pública, julgue o item a seguir:

Aquele que atribuir a si mesmo falsa identidade, apresentando a determinado policial uma carteira de identidade falsificada, deverá responder pelo crime de falsa identidade, eis

que tal conduta não pode ser considerada como exercício legítimo de autodefesa.

85. Sobre os crimes contra a administração pública, julgue o item a seguir:

A configuração do crime de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações independe da existência de dolo específico, consistente na intenção do agente de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

86. Em relação aos princípios fundamentais do processo penal, julgue o item a seguir.

Em decorrência do princípio do *nemo tenetur se detegere*, o réu ou investigado pode se recusar a participar da reprodução simulada dos fatos.

87. No que tange as disposições preliminares do Código de Processo Penal, julgue o item a seguir.

A lei processual penal será aplicada apenas aos fatos ocorridos após a sua entrada em vigor.

88. Acerca de inquérito policial, analise a situação hipotética e julgue a assertiva.

Situação hipotética: Caio, delegado de polícia, verificou que Tício, indiciado pela prática do crime de homicídio, havia agido em legítima defesa. **Assertiva:** No referido caso, Caio poderá mandar arquivar os autos de inquérito, em razão de Tício ter agido acobertado por uma excludente de ilicitude.

89. No que diz respeito à ação penal, julgue o item a seguir.

A representação será irretratável, depois de recebida a denúncia.

90. Em relação à ação civil *ex delicto*, julgue o item subsequente.

Não impedirá a propositura da ação civil a decisão que julgar extinta a punibilidade.

91. Acerca da ação penal, julgue o item subsequente.

Consoante a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a do Superior Tribunal de Justiça, em regra, no caso de crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher, a ação penal será pública condicionada à representação da ofendida

92. Considerando a Lei nº 9.296/1996 que dispõe acerca de interceptações telefônicas, julgue o item subsequente.

O pedido de interceptação de comunicação telefônica será formulado apenas por escrito, diante da complexidade da referida medida.

93. Em relação aos sujeitos do processo, julgue o item subsequente.

O juiz será considerado impedido se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer uma das partes.

94. Acerca de prisões em flagrante, analise a situação hipotética e julgue a assertiva.

Situação hipotética: Luizinho, policial civil, recebe a informação de que Huguinho, seu antigo desafeto, estaria vendendo substâncias entorpecentes na praça da cidade. Ao chegar no local, não foi encontrado nenhuma droga com

Huguinho. Diante disso, Luizinho decide colocar certa porção de substância entorpecente no veículo de Huguinho, para que posteriormente lhe dê voz de prisão em flagrante pela prática do crime de tráfico de drogas. **Assertiva:** No referido caso hipotético, ficou caracterizado o flagrante preparado.

95. No que tange a prisões, julgue o item subsequente.

O juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for maior de 70 anos.

96. Acerca de citações e intimações, julgue o item a seguir.

A citação do militar será feita por intermédio do chefe do respectivo serviço.

97. Em relação ao processo comum, julgue o item a seguir.

Os processos que apurem a prática de crime hediondo terão prioridade de tramitação em todas as instâncias.

98. Considerando a Lei nº 9.099/95 que dispõe sobre o Juizados Especiais Cíveis e Criminais, julgue o item subsequente.

Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá recurso em sentido estrito.

99. Acerca de recursos em geral, julgue o item subsequente.

Não sendo hipótese de habeas corpus, o recurso correto a ser interposto no curso de um processo penal contra decisão do juiz de primeira instância que indeferir o pedido de reconhecimento da prescrição apresentado antes do trânsito em julgado será apelação

100. Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal em relação ao *habeas corpus* e seu processo, julgue o item subsequente.

Não cabe habeas corpus contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.

Preencha o gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TCE-SC-Direito-26-02-22>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores.

Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>